

QUALIDADE DE VIDA DE SERVIDORES PÚBLICOS EM UM MUNICÍPIO NO VALE DO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS

Clayton Samuel Silva*; Luciana Freitas Campos**; Harriman Aley Morais***

* Mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri Diamantina/MG.

** Doutora em Ciências pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

*** Doutor em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

*Autor para correspondência e-mail: harriman.morais@ufvjm.edu.br

PALAVRAS-CHAVE

Qualidade de Vida
Gestão de Pessoas
Administração Pública
Saúde do Trabalhador

KEYWORDS

Quality of Life
Personnel Management
Public Administration
Occupational Health

RESUMO: O termo “qualidade de vida”, embora amplamente presente na literatura, ainda é pouco discutido quando se trata de servidores públicos municipais. Assim, o objetivo desta pesquisa foi o de avaliar a percepção da qualidade de vida de profissionais vinculados a uma prefeitura de um município de pequeno porte, localizado no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Para tanto, aplicou-se o questionário WHOQOL-Bref a 85 trabalhadores do serviço público, sendo os dados coletados analisados por meio do cálculo de escores, conforme preconizado pela Organização Mundial de Saúde. Verificou-se que a média da qualidade de vida foi de 65,5 sendo o maior escore observado no domínio social (70,1) e o menor no domínio ambiente (57,8), sendo que algumas facetas, como a insatisfação salarial e aspectos associados ao estresse avaliados como críticos. Concluiu-se, portanto, que a qualidade de vida foi considerada boa pela maioria dos entrevistados, porém novos estudos são necessários para melhor compreender as facetas críticas do estudo e, assim, propor um plano de ações para a gestão pública municipal.

QUALITY OF LIFE OF PUBLIC SERVANTS IN A CITY IN THE VALE DO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS

ABSTRACT: Although widely present in the literature, the term “quality of life” still remains poorly evaluated regarding municipal civil servants. Thus, the objective of this research was to evaluate the perception of quality of life of professionals linked to a city hall of a small municipality, located in the Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. The WHOQOL-Bref questionnaire was applied to 85 public service workers, and the collected data were analyzed through the calculation of scores, as recommended by the World Health Organization. It was found that the average quality of life was 65.5 being the highest score observed in the social domain (70.1) and the lowest in the environment domain (57.8), and some facets, such as wage dissatisfaction and aspects associated with stress were evaluated as critical. Therefore, it was concluded that the quality of life was considered good by most of the interviewees, but further studies are needed to better understand the critical facets of the study and, therefore, to propose an action plan for municipal public management.

INTRODUÇÃO

O conceito de qualidade de vida é muito diversificado, não existindo um consenso sobre sua definição, apresentando-se tanto de forma global, enfatizando a satisfação geral com a vida, como dividida em componentes, que, em conjunto, indicariam uma aproximação do conceito geral. É uma temática de difícil compreensão e necessita de certas delimitações que possibilitem sua operacionalização em análises científicas (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012).

Na proposta da Organização Mundial de Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1996), qualidade de vida é definida como “a percepção individual do sujeito de sua posição na vida no contexto de sua cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. De forma sistemática, estes aspectos foram agrupados em quatro domínios: saúde física, psicológico, de relações sociais e ambientais, que resultaram na elaboração e validação mundial do Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde na sua forma curta (World Health Organization Quality of Life Instrument – Bref questionnaire – WHOQOL-Bref).

O WHOQOL-Bref é um dos principais instrumentos disponíveis para mensurar e comparar a qualidade de vida, e já foi empregado para diferentes grupos populacionais (PENTEADO; PEREIRA, 2007; SALES; FERREIRA, 2011; COSTA *et al.*, 2012; OTTATI; FREITAS, 2013; PINTO; PEDROSO; PILATTI, 2014; FERIGOLLO; FEDOSSE; SANTOS, 2016; ALMEIDA-BRASIL *et al.*, 2017; SANTOS *et al.*, 2018), porém não foram encontrados relatos na literatura com o uso deste instrumento com servidores públicos municipais.

Avaliar a qualidade de vida, especialmente no âmbito laboral, é relevante tendo em vista que as pessoas além de utilizarem o trabalho como base principal para o seu sustento, corroboram a ideia de que ele também é importante para sua satisfação pessoal e profissional e, neste sentido, é um dos determinantes da qualidade de vida. Quando se traça um paralelo entre qualidade de vida e o trabalho, percebe-se que tanto o trabalho pode ser ofensivo à saúde dos indivíduos e cerne de insatisfação, como pode também gerar satisfação e bem-estar (DAMASCENO; ALEXANDRE, 2012).

Por outro lado, verifica-se que as relações de trabalho entre os servidores públicos e o Estado sempre se deram de forma unilateral, de acordo com os interesses da administração pública. No final da década de 80, Fernando Collor e a imprensa proporcionaram um dos maiores ataques ao servidor público, insuflando a população contra os servidores públicos e realizando a “caça aos marajás” (NUNES; LINS, 2009), estigma que perdura até os dias de hoje. Ademais, mudanças no processo produtivo vivenciadas em países capitalistas nos últimos 30 anos, com especial ênfase no neoliberalismo, com enxugamento da força de trabalho, o aumento das terceirizações e as desregulamentações das leis trabalhistas, tem se tornado frequentes no ambiente público, fazendo com que os servidores se vejam diante do paradoxo de serem cobrados e avaliados dentro de uma lógica do setor privado (focado em resultados e não em processos), dentro de um contexto que ainda conserva características do modelo burocrático de gestão (LELES; AMARAL, 2018).

O neoliberalismo do século XXI traz consigo novas configurações para o Estado, que deve ser empreendedor, facilitador de negócios, criador de espaços públicos e não estatais e suportar a liberdade econômica, reduzir a burocracia, adotar modelos de gestão baseados em resultados. Como contraponto, verifica-se um retrocesso das políticas sociais, cabendo a Administração Pública atuar apenas com gestora de contratos promovidos pelos governos em função de uma iniciativa privada e do mercado, visando meramente garantir o acúmulo de capital. Neste contexto, os cidadãos passam a ser tratados como “consumidores” dos serviços públicos, os quais são mantidos pelo pagamento de impostos (ABDALA; PUELLO-SOCARRÁS, 2019; GUERRERO, 2019)

Essas mudanças na forma de agir da Administração Pública acabam por se traduzir em condições de estresse no serviço público, cada vez mais frequentes em virtude das mudanças das relações de trabalho

nestes locais, em face das políticas governamentais do Brasil, que têm exigido dos órgãos públicos, e de seus trabalhadores, qualidade e eficiência da gestão pública. Assim, identificam-se vários desafios enfrentados pelos trabalhadores: estresse, cansaço, sobrecarga de atividades, dificuldades em ajustar a vida profissional com a pessoal, ambiente turbulento, falta de motivação (DAMASCENO; ALEXANDRE, 2012; MONTENEGRO JUNIOR; VIEIRA, 2016; GARLET; BEURON; SCHERER, 2017). Por conseguinte, tem-se tornado comuns os relatos absenteísmo ao trabalho, principalmente por fatores associados aos estresse físico ou emocional (ANDRADE *et al.*, 2008; SANTOS; MATTOS, 2010; RODRIGUES *et al.*, 2013; LEÃO *et al.*, 2015; SILVA-JUNIOR; FISCHER, 2015; BASTOS; SARAIVA; SARAIVA, 2016), o que afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas.

Nesse ambiente de transformações que são impostas ao Estado, envolvendo tecnologias, estratégias, processos e pessoas, destaca-se, pois, que os aspectos de interação entre o trabalhador e a organização são fundamentais para garantir a preservação da saúde e bem-estar das pessoas (ANDRADE; LIMONGI-FRANÇA; STEFANO, 2019). Assim, o objetivo deste estudo configurou-se em avaliar a percepção de qualidade de vida dos servidores públicos de um município de pequeno porte e em uma região de vulnerabilidade socioeconômica, no estado de Minas Gerais. Esta pesquisa contempla os resultados de uma dissertação do Mestrado Profissional em Saúde, Sociedade e Ambiente, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que teve como força motriz para sua execução a escassez de relatos na literatura sobre o tema, especialmente em localidades similares ao deste trabalho.

METODOLOGIA

Características do município em estudo

O município onde foi realizado o estudo possui uma área territorial de 485,65 km², situando-se a 733 metros de altitude, atingindo uma latitude sul de 18°4'25" e longitude oeste de Greenwich de 43°28'16". Geograficamente, pertence à microrregião de Diamantina e à mesorregião do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais, situado na região Sudeste do Brasil. De acordo com o último censo demográfico (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), o município possui uma população de 4.204 habitantes, com mais de 90% das pessoas vivendo na área urbana, e tem como principais atividades econômicas os serviços públicos e a produção agropecuária familiar

SUJEITOS DA PESQUISA

Foram envolvidos no estudo, 85 servidores públicos (efetivos ou contratados), com idade superior a 18 anos, lotados nas Secretarias de Administração (ADM), Saúde (SAU), Desenvolvimento Social (SOC) e de Educação (EDU) do município. Todos os entrevistados concordaram em responder o instrumento de coleta de dados e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa/UFVJM (Parecer 2.773.561), seguindo-se os aspectos éticos apontados na Resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

DELINEAMENTO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo descritivo, de campo, quantitativo e transversal, sendo que a aplicação do instrumento de pesquisa ocorreu no período entre três de setembro a 31 de outubro de 2018. Os indivíduos envolvidos na pesquisa foram identificados por meio de códigos alfanuméricos aleatórios para que suas identidades fossem preservadas.

O instrumento de pesquisa foi estruturado em duas partes, sendo a primeira constituída por questões para traçar o perfil dos entrevistados (sexo, idade, escolaridade atual, escolaridade exigida para o cargo, tempo de serviço, situação funcional, estado civil, filhos, tipo de moradia) e a segunda composta pelo Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde na sua forma curta

(World Health Organization Quality of Life Instrument – Bref questionnaire – WHOQOL-Bref) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1996). As questões (facetas) do questionário foram divididas em quatro domínios (Físico, Psicológico, Social e Meio Ambiente) e mensuradas em uma escala do tipo Likert, polarizada em cinco pontos (1 = muito insatisfatório; 2 = insatisfatório; 3 = neutro; 4 = satisfatório; 5 = muito satisfatório).

Para a coleta de dados, os sujeitos foram convidados a participar do estudo, pessoalmente, sendo orientados quanto aos seus objetivos e procedimentos e sobre o compromisso dos pesquisadores na manutenção do sigilo das informações recebidas, impossibilitando qualquer prejuízo pessoal ou profissional decorrente da participação na pesquisa. Não havia nenhuma relação de autoridade entre os pesquisadores e os participantes da pesquisa. Obtendo o TCLE do profissional, o instrumento de pesquisa foi entregue a cada um, em envelope lacrado, para resposta no prazo de 24 horas.

Após a tabulação dos dados em planilhas eletrônicas, foram determinadas as frequências absolutas e relativas das variáveis de caracterização dos respondentes. Para a avaliação do questionário de qualidade de vida, seguiram-se as sintaxes propostas pela própria Organização Mundial de Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1996), que consistem em: 1) contagem das respostas de cada respondente, descartando-se as avaliações cujo número de questões não respondidas fosse maior que 20% e, caso o número de questões respondidas fosse inferior a 20%, o julgamento em branco de um determinado item foi substituído pela média dos valores dos outros avaliadores para o mesmo item, conforme proposto por Hora, Monteiro e Arica, (2010) uma vez que os produtos industrializados tendem a possuir uma qualidade intrínseca semelhante, tornando o serviço oferecido junto com este produto um importante diferencial competitivo. O setor de serviço também se destaca em empresas que oferecem a sociedade serviços puros, ou seja, não agregados a nenhum outro produto. Dada a importância deste setor, é preciso avaliar se a qualidade dos serviços ofertados esta de acordo com as expectativas dos clientes. Este trabalho faz uma análise de confiabilidade de questionários para avaliar a qualidade de serviços em geral, por meio de um experimento realizado em um estudo de caso. Os resultados são significativos e levam a conclusão que o coeficiente utilizado deve ser mais difundido pela literatura nacional. Palavras-chave: alfa de Cronbach, confiabilidade, qualidade em serviço. 1 INTRODUÇÃO Bell (1973; 2) Reversão de três questões (Q1, Q6 e Q11) com frases negativas; 3) cálculo do escore de cada domínio (média dos julgamentos), multiplicando-os por quatro para serem diretamente comparáveis com os escores derivados do WHOQOL-100; 4) transformação dos escores em uma escala de zero a 100, sendo que quanto maior o valor, melhor a qualidade de vida na percepção dos entrevistados.

Os dados foram analisados utilizando-se uma ferramenta desenvolvida a partir do Microsoft Excel por Pedroso *et al.* (2010), direcionada para o cálculo dos escores e estatística descritiva do instrumento WHOQOL-Bref.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CARACTERÍSTICAS DOS RESPONDENTES

Esta pesquisa contou com a colaboração de 85 entrevistados, todos trabalhadores da Prefeitura Municipal, cujas características estão apresentadas na Tabela 1.

Em síntese, pode-se verificar que a maioria dos servidores é do sexo feminino (90,6%), têm idade entre 25 a 35 anos (36,5%), são casados (43,5%), residem em moradia própria (85,9%) e mantém vínculo efetivo com a Prefeitura Municipal (63,1%). É importante frisar que 48,2% dos respondentes já contam com mais de 10 anos de serviço público.

Tabela 1 - Perfil dos servidores públicos entrevistados.

Variável	Alternativa	Número de servidores	Frequência (%)
Sexo	Feminino	77	90,6
	Masculino	8	9,4
Idade	< 25 anos	8	9,4
	25 a 35 anos	31	36,5
	36 a 47 anos	23	27,1
	> 47 anos	23	27,1
Estado civil	Solteiro (a)	27	31,8
	Casado (a)	37	43,5
	Divorciado (a)	5	5,9
	Viúvo (a)	3	3,5
	Companheiro (a)	9	10,6
	União estável	4	4,7
Tempo de serviço	Menos de 5 anos	31	36,5
	De 5 a 10 anos	13	15,3
	De 10 a 20 anos	24	28,2
	Mais 20 anos	17	20,0
Moradia	Imóvel Próprio	73	85,9
	Imóvel Alugado	12	14,1
Situação funcional	Efetivo	53	63,1
	Contratado	32	36,9

Fonte: Dados da pesquisa.

PARÂMETROS DA QUALIDADE DE VIDA

Com base nos julgamentos da qualidade de vida dos servidores, pode-se calcular o escore padronizado para cada questão (variando entre zero a 100), assim como para cada domínio do questionário, sendo os resultados mostrados na Tabela 2.

A média geral do escore de qualidade de vida foi de 65,5%, sendo que a média de cada domínio, dos servidores lotados em diferentes órgãos da prefeitura, foram bem similares. Não há um consenso na literatura em termos de valores percentuais ou pontos de corte para dizer qual o índice de qualidade de vida aceitável, ou considerado como bom ou ruim.

Neste sentido, alguns autores (PENTEADO; PEREIRA, 2007; SALES; FERREIRA, 2011; OTTATI; FREITAS, 2013; PINTO; PEDROSO; PILATTI, 2014; ALMEIDA-BRASIL *et al.*, 2017)SP, em 2002. Foram aplicados os questionários World Health Organization Quality of Life/bref e Qualidade de Vida e Voz e calculados média e desvio-padrão para os escores do primeiro questionário e da questão de auto-avaliação vocal do questionário Qualidade de Vida e Voz. Utilizou-se o teste de Wilcoxon para comparar os gêneros; o de Kruskal-Wallis para as escolas; e o coeficiente de correlação de Spearman e teste t para verificar associação entre os domínios da qualidade de vida, a auto-avaliação vocal e idade, e número de períodos que o professor leciona. RESULTADOS: A maioria avaliou a voz como boa (42,2% sugerem que ao empregar uma escala positiva de análise, como no questionário de WHOQOL-Bref, quanto mais alto o escore, melhor a qualidade de vida naquele domínio e, assim, nesta pesquisa, considerou-se como ponto de referência a média global de qualidade de vida (65,5%).

Embora não tenham sido encontrados relatos na literatura que avaliassem a qualidade de vida de servidores públicos municipais, com o questionário WHOQOL-Breef, o escore médio observado no presente estudo encontra-se dentro da faixa de resultados de outras categorias de trabalhadores do

serviço público, que variou de 66,0% a 76,0% (NUNES; FREIRE, 2006; PENTEADO; PEREIRA, 2007; ANDRADE *et al.*, 2012; PINTO; PEDROSO; PILATTI, 2014; FERIGOLLO; FEDOSSE; SANTOS, 2016; SANTOS *et al.*, 2018) no ano de 2004, tendo como população-alvo os cirurgiões-dentistas em atividade no município (N=237). Nestes estudos, a qualidade de vida, de forma geral, foi considerada mediana para os grupos avaliados. Frisa-se que estas investigações foram realizadas com populações diferentes, em contextos socioculturais distintos e como a percepção da qualidade de vida é subjetiva e dinâmica, é difícil comparar os achados entre os diversos relatos científicos.

Um aspecto interessante evidenciado no presente trabalho foi o menor escore médio no domínio meio ambiente (Tabela 2), sendo que as questões relativas ao dinheiro não ser suficiente para satisfazer as necessidades das pessoas (escore 38,2%), o acesso às atividades de lazer (escore 50,3%) aos serviços de saúde (escore 51,8%) e os meios de transporte (escore 58,8%) apresentaram avaliações inferiores à média geral do questionário.

O fato de o dinheiro não ser suficiente para satisfazer as necessidades pessoais (38,1%) foi a questão com a pior avaliação entre todas as facetas avaliadas. Com relação ao aspecto financeiro, sabe-se que o município não oferece muitas oportunidades de emprego e, em um local com muitas pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a aprovação em concurso público representa uma das poucas opções para a melhoria de vida, pois ainda há o pensamento de estabilidade no emprego. De fato, a prefeitura municipal, que é objeto do presente estudo, sofreu nos últimos anos com a crise financeira do Estado, onde as verbas não eram repassadas do Governo Federal para o estadual, gerando assim uma série de agravantes para subsidiar a máquina pública, causando também atrasos nos salários dos servidores.

Vale ressaltar que os servidores da área da educação são os únicos profissionais do município que possuem plano de cargos e carreira, recebendo adicional de 10% e 20% conforme titulação. Para os outros servidores existe apenas um adicional de 3% sobre o salário, chamado de progressão horizontal, a cada 3 anos de trabalho. Isto posto, até o momento não há perspectivas de criação e implantação de um plano de carreiras, por parte da gestão municipal, que contemple, por exemplo, promoções no cargo ou atribuição de algum tipo de incentivo salarial ou benefício para o servidor, como pontos estratégicos para melhorar a percepção dos servidores sobre a qualidade de vida, especialmente no local de trabalho.

Outro ponto específico, que pode acometer a quantidade suficiente de dinheiro – e a satisfação no trabalho, é que alguns servidores que trabalham expostos a agentes nocivos à saúde – sejam físicos, químicos ou biológicos – não recebem “adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas”, conforme previsto no artigo 7º, inciso XXIII, da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

No que tange a perspectiva sobre opções de lazer, isso deve-se ao fato de que, realmente, não existe na cidade nenhum investimento em infraestrutura para lazer, sendo que uma das poucas opções na região são os ambientes naturais (rios e cachoeiras), mas nos quais não há estrutura adequada para receber as pessoas de forma segura. O lazer e a diversão muitas vezes são procurados nas cidades vizinhas, com necessidade de deslocamento em veículos próprios ou fretados, para onde parte da população se desloca para assistir a *shows* musicais, participar de exposições agropecuárias e eventos culturais e, até mesmo frequentarem bares e restaurantes, o que, indiretamente, também impacta na questão financeira.

Tabela 2 - Escores das facetas e dos domínios do questionário de qualidade de vida dos servidores públicos entrevistados.

Questão	Área de lotação do servidor*				Geral
	EDU	SAU	ADM	SOC	
1. Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	52,6	45,0	38,9	44,2	47,6
2. Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?	77,0	73,0	77,8	78,8	76,2
3. Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?	63,2	56,0	58,3	59,6	60,0
4. Quão bem você é capaz de se locomover?	83,6	86,0	88,9	92,3	86,2
5. Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?	80,3	72,0	72,2	75,0	76,2
6. O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?	40,1	49,0	41,7	48,1	44,1
Domínio físico (questões 1 a 6)	66,1	63,5	63,0	66,3	65,0
7. O quanto você aproveita a vida?	77,0	73,0	61,1	55,8	70,9
8. O quanto você consegue se concentrar?	66,4	66,0	75,0	73,1	68,2
9. Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	86,2	78,0	75,0	71,2	80,3
10. Você é capaz de aceitar sua aparência física?	73,7	72,0	72,2	65,4	71,8
11. Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?	46,7	48,0	66,7	53,8	50,3
12. Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?	78,3	71,0	69,4	67,3	73,5
Domínio psicológico (questões 7 a 12)	71,4	68,0	69,9	64,4	69,2
13. Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	77,0	77,0	63,9	67,3	74,1
14. Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	72,4	67,0	63,9	65,4	68,8
15. Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?	66,4	61,0	86,1	69,2	67,4
Domínio social (questões 13 a 15)	71,9	68,3	71,3	67,3	70,1
16. Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?	66,4	70,0	75,0	67,3	68,5
17. Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?	70,4	76,0	66,7	59,6	70,0
18. Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	43,4	30,0	41,7	36,5	38,2
19. Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	46,7	62,0	50,0	48,1	51,8
20. Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	64,5	61,0	63,9	53,8	61,8
21. Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	50,7	55,0	41,7	46,2	50,3
22. Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	63,2	67,0	58,3	55,8	62,6
23. Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?	64,5	52,0	58,3	55,8	58,8
Domínio meio ambiente (questões 16 a 23)	58,7	59,1	56,9	52,9	57,8
Percepção global dos servidores (questões 1 a 23)	67,0	64,7	65,3	62,7	65,5

*Secretarias Municipais de Educação (EDU), Saúde (SAU), Administração (ADM) e de Assistência Social (SOC)

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação ao acesso aos serviços de saúde, é importante lembrar que o município em estudo é pequeno e contempla apenas os serviços de Atenção Básica de Saúde. Sendo assim, procedimentos de média ou alta complexidade, ou atendimento por profissionais especializados em determinadas áreas requerem o deslocamento das pessoas para a cidade de Diamantina, a 32 km de distância, a qual é o polo da Macrorregião de Saúde do Jequitinhonha, que congrega 23 municípios (MINAS GERAIS, 2014), na qual se estão concentrados os atendimentos especializados em diversas áreas para usuários do SUS, com consultas e exames complementares, atendendo a uma população referenciada de mais de 290 mil pessoas.

A complexa organização da rede de saúde do Estado de Minas Gerais foi elaborada com o intuito de garantir o acesso da população aos serviços do Sistema Único de Saúde, porém a regionalização foi focada na alta e média complexidade, enquanto muitos problemas da atenção primária não foram equacionados de forma satisfatória. Além de tudo, problemas de ordem logística, técnica e político-burocrática impedem que os objetivos de garantir o direito à saúde da população, reduzindo as desigualdades sociais e territoriais se torne realidade (SILVA; RAMIRES, 2010).

Outro ponto crítico do domínio ambiental foi com relação à satisfação dos meios de transporte, alcançando escore de 58,8%. O município não possui linha de transporte própria e, para atender a demanda das pessoas, linhas com destino a outras cidades e que passam pelo município (conhecidas na região como linhas em trânsito) se tornam unicamente viáveis para a população. Todavia, a baixa disponibilidade de horários, geralmente antes das sete horas da manhã e não circulando no período da tarde, torna-se um empecilho para os funcionários da Prefeitura que trabalham, em sua maioria, oito horas por dia. Com poucas alternativas de transporte, os habitantes dependem de taxistas que saem da cidade todos os dias pela manhã, mas que retornam antes do almoço, restringindo o horário das pessoas ao atendimento bancário, no comércio em geral, assim como consultas eletivas com profissionais de saúde ou ao atendimento hospitalar. Essa necessidade constante de deslocamento e, até mesmo permanecer fora do domicílio, mesmo que apenas de um dia para outro, gera um ônus financeiro significativo a maioria dos moradores do município em estudo.

Nesta perspectiva, pode-se pensar no porquê do baixo escore dado aos entrevistados deste estudo para a questão relativa ao acesso aos serviços de saúde, quer seja, a dificuldade de conciliar uma demanda pessoal com as limitações do sistema em atender uma população distinta, de diferentes municípios e com problemas de saúde dos mais diversos, somando-se a isso as limitações de transporte até o município polo de saúde da região.

Outros autores também já relataram situações similares no domínio ambiente. A insatisfação salarial também é um ponto negativo na visão de cirurgiões-dentistas do serviço público (NUNES; FREIRE, 2006). A remuneração, condições de trabalho e ambiente harmonioso foram os aspectos que influenciaram o baixo escore na satisfação de profissionais de saúde de um hospital estadual (SOUZA; STANCATO, 2010).

O segundo domínio com o menor escore foi o físico (65,0%) no qual duas questões impactaram negativamente neste valor: a necessidade de tratamento médico (44,1%) e a dor física (47,6%). Neste sentido, salienta-se que os servidores que participaram da pesquisa executam tarefas que, de forma geral, não demandam esforço físico extenuante, mas em contrapartida, exigem muito esforço cognitivo, consciência corporal e atenção/concentração.

Embora nesta pesquisa não se tenha buscado definir quais os tipos de doenças que comumente afetam as pessoas, vários relatos da literatura (ANDRADE *et al.*, 2008; SANTOS; MATTOS, 2010; FREITAS; SOUZA; QUINTELLA, 2013; RODRIGUES *et al.*, 2013; LEÃO *et al.*, 2015; DANIEL; KOERICH; LANG, 2017) apontam que as doenças osteomusculares, como lombalgias e lesão por esforço repetitivo, por

exemplo, estão entre as causas mais frequentes causas de absenteísmo do servidor público municipais, em diferentes regiões do país. Estes distúrbios provocam dor e inflamação das regiões comprometidas, o que, conseqüentemente, leva ao consumo rotineiro de analgésicos e anti-inflamatórios.

Somam-se às lesões de caráter físico, o adoecimento relacionado ao sofrimento psíquico, sendo que alguns transtornos mentais e comportamentais, como depressão, ansiedade, mudança de humor, apatia, cansaço mental, por exemplo, também se expressam nos servidores, como citados nos trabalhos anteriores e, nessas situações, geralmente há uso de medicações (antidepressivos e ansiolíticos). Verifica-se, na Tabela 2, que a questão relativa a frequência com a qual os servidores tem sentimentos negativos, foi a que apresentou o menor escore (50,3%), no domínio psicológico.

As modificações físicas e corporais estão interligadas e, comumente, associadas ao estresse. Essas doenças podem ser resultado da exposição a fatores de risco advindos da atividade laboral, bem como resultado da precarização das condições de trabalho, das dificuldades de relações interpessoais, das perdas direitos sociais e trabalhistas, das necessidades de conjugar as atividades laborais com as tarefas domésticas, especialmente no caso das mulheres, entre outros fatores, que levam o trabalhador a ultrapassar seus limites físicos e mentais (MALAGRIS; FIORITO, 2006; OTTATI; FREITAS, 2013; MORAES; SILVA, 2015; SILVA-JUNIOR; FISCHER, 2015; BAASCH; TREVISAN; CRUZ, 2017; RIBEIRO *et al.*, 2019).

Neste contexto, um mapeamento das causas de absenteísmo poderia auxiliar os gestores municipais no diagnóstico de saúde de seus trabalhadores, de forma a identificar as possíveis causas destes transtornos físicos e/ou mentais e, assim, promover desenvolver ações que pudessem minimizar o adoecimento das pessoas. Para tanto, considerando que as licenças para tratamento de saúde do próprio servidor, as quais devem ser homologadas pelo serviço médico do município, poderiam servir de base para essa proposta, tendo como referencial alguns estudos da literatura (SANTOS; MATTOS, 2010; RODRIGUES *et al.*, 2013; LEÃO *et al.*, 2015; SILVA-JUNIOR; FISCHER, 2015; BASTOS; SARAIVA; SARAIVA, 2016).

Muitas vezes, não é simples identificar os aspectos apresentados como estressores ou desencadeadores de ambientes de trabalho desfavoráveis, mas tentar avalia-los é um passo para que novos projetos e processos de trabalho mais saudáveis sejam pensados (SILVA-JUNIOR; FISCHER, 2015; FERIGOLLO; FEDOSSE; SANTOS, 2016).

Sobre o domínio relações sociais, pode-se verificar que, de forma geral, foi a dimensão com o maior escore médio de qualidade de vida (70,1%), resultado similar ao relatado por outros autores (ANDRADE *et al.*, 2012). Estes pesquisadores também verificaram que grande parte dos servidores públicos federais entrevistados, na cidade de Diamantina, estavam satisfeitos com esta dimensão. Uma possível explicação sugerida pelos pesquisadores foi a possibilidade do estabelecimento de relação de amizade e de convívio familiar, tendo em vista que a cidade é de pequeno porte e de ambiente tranquilo.

Igualmente, em vários relatos científicos (NUNES; FREIRE, 2006; PENTEADO; PEREIRA, 2007; OTTATI; FREITAS, 2013; PINTO; PEDROSO; PILATTI, 2014; SANTOS *et al.*, 2018) apurou-se que o domínio das relações sociais comumente é o que mais contribuiu favoravelmente para melhorar a percepção de servidores públicos sobre suas qualidades de vida.

Em estudo recente (PIETROMONACO; COLLINS, 2017) foi apontado que relações sociais (amor, intimidade, companhia e segurança) contribuem para diminuir o sofrimento e ajudam as pessoas a lidar com o estresse, facilitando a recuperação da saúde e aumentando a resiliência das pessoas. Além disso, as autoras deste trabalho ainda destacam que com a diminuição do estresse e das adversidades, abre-se espaço para o crescimento pessoal, para a promoção da saúde e bem-estar.

CONCLUSÃO

Neste estudo, a percepção dos servidores públicos municipais sobre sua qualidade de vida pode ser considerada mediana, porém foram encontradas algumas facetas, especialmente no domínio ambiente,

que requerem alguns novos estudos para tentar identificar as reais necessidades e expectativas dos profissionais. Torna-se primordial, com já previsto na Constituição Brasileira, que a gestão participativa seja uma realidade na Administração Pública.

REFERÊNCIAS

ABDALA, P. R. Z.; PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Reflexiones sobre la administración pública y el neoliberalismo en Nuestramérica, siglo XXI. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 25, n. 2, p. 22–39, maio 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/read/article/view/94991/53590>. Acesso em: 21 out. 2019.

ALMEIDA-BRASIL, C. C.; SILVEIRA, M. R.; SILVA, K. R., LIMA, M. G.; FARIA, C. D. C. D. M.; CARDOSO, C. L.; ... & CECCATO, M. D. G. B. Qualidade de vida e características associadas: aplicação do WHOQOL-BREF no contexto da Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1705-1716, 2017.. Acesso em: 22 set. 2019.

ANDRADE, S. M. de; LIMONGI-FRANÇA, A. C.; STEFANO, S. R. Dimensões da qualidade de vida no trabalho e justiça organizacional: um estudo com servidores públicos municipais. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 17, n. 3, 2019. Disponível em: <http://www.gnresearch.org/doi/10.5935/2177-4153.20190021>. Acesso em: 21 out. 2019.

DE ANDRADE, T. B.; DE SOUZA, M. D. G. C.; SIMÕES, M. D. P. C.; & DE ANDRADE, F. B. Prevalência de absenteísmo entre trabalhadores do serviço público. **Scientia Medica**, v. 18, n. 4, p. 166-171, 2008. Acesso em: 24 set. 2019.

ANDRADE, V., ANDRADE, P. C., LEITE, Â. M., & ARAÚJO, C. M. Qualidade de vida de servidores técnico-administrativos: um estudo de caso. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 10, n. 1, p. 304-312, 2012.

BAASCH, D.; TREVISAN, R. L.; CRUZ, R. M. Perfil epidemiológico dos servidores públicos catarinenses afastados do trabalho por transtornos mentais de 2010 a 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1641–1650, maio 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002501641&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 23 set. 2019.

BASTOS, V. G. A.; SARAIVA, P. G. C.; SARAIVA, F. P. Absenteísmo-doença no serviço público municipal da Prefeitura Municipal de Vitória. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 14, n. 3, p. 192–201, 2016.

DE, BRASIL CONSTITUIÇÃO; DE SÍTIO, DEFESA E. DO ESTADO. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Planalto Legislação**, 1988.

COSTA, C. S. N. D., FREITAS, E. G. D., MENDONÇA, L. C. D. S., ALEM, M. E. R., & COURRY, H. J. C. G. Capacidade para o trabalho e qualidade de vida de trabalhadores industriais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1635-1642, 2012. Acesso em: 20 out. 2019.

DAMASCENO, T. N. F.; ALEXANDRE, J. W. C. A qualidade de vida no trabalho no âmbito do serviço público: conceitos e análises. **Revista Científica da Faculdade Darcy Ribeiro**, n. 3, p. 39–49, 2012.

Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13235/1/2012_art_tnfdamasceno.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

DANIEL, E.; KOERICH, C. R. C.; LANG, A. O perfil do absenteísmo dos servidores da prefeitura municipal de Curitiba, de 2010 a 2015. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 15, n. 2, p. 142–149, 2017. Disponível em: <http://www.rbmt.org.br/details/223/pt-BR/o-perfil-do-absente-iacute-smo-dos-servidores-da-prefeitura-municipal-de-curitiba--de-2010-a-2015>. Acesso em: 24 set. 2019.

FERIGOLLO, J. P.; FEDOSSE, E.; SANTOS, V. A. V. dos. Qualidade de Vida de profissionais de saúde pública. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 3, p. 497–507, 2016. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/0104-4931.ctoAO0722>. Acesso em: 20 out. 2016.

FREITAS, A. L. P.; SOUZA, R. G. B. de; QUINTELLA, H. L. M. de M. Qualidade de Vida no Trabalho do técnico-administrativo em IES públicas: uma análise exploratória. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 5, n. 2, p. 1–12, abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/1382>. Acesso em: 29 set. 2019.

GARLET, V.; BEURON, T. A.; SCHERER, F. L. Qualidade de vida no serviço público: uma análise das ações de qualidade de vida no trabalho das instituições federais de ensino superior gaúchas. **Estudos do CEPE**, n. 45, p. 109, 27 jun. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/8245>. Acesso em: 20 out. 2019.

GUERRERO, Omar. Neoliberalismo y neogerencia pública. REAd. **Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 25, p. 4-21, 2019.

HORA, H. R. M.; MONTEIRO, G. T. Re.; ARICA, J. Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um Estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach [Reliability in Questionnaires for Quality: a study with the Cronbach's alpha Coefficient]. **Produto & Produção**, v. 11, n. 2, p. 85–103, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ProdutoProducao/article/viewFile/9321/8252>. Acesso em: 20 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/couto-de-magalhaes-de-minas/panorama>. Acesso em: 20 set. 2019.

LEÃO, A. L. de M. *et al.* Absenteísmo-doença no serviço público municipal de Goiânia. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 1, p. 262–277, mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2015000100262&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 set. 2019.

LELES, L. C.; AMARAL, G. A. Prazer e sofrimento no trabalho de servidores públicos : estudo de caso com técnico-administrativos em educação. **Revista Laborativa**, v. 7, n. 1, p. 53–73, 2018.

MALAGRIS, L. E. N.; FIORITO, A. C. C. Avaliação do nível de stress de técnicos da área de saúde. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 23, n. 4, p. 391–398, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2006000400007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 set. 2019.

MONTENEGRO JUNIOR, C. A. A.; VIEIRA, M. das G. A busca pela eficiência no serviço público, através da lei de acesso à informação e as relações com o aprimoramento da gestão da informação The search for

efficiency in public service through Access to Information Act and relations with improvement of. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, v. 6, n. 8, p. 121, 4 ago. 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13235/1/2012_art_tnfdamasceno.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

MORAES, M. C. F.; SILVA, N. P. da. Saúde mental e a relações de trabalho: como a ansiedade influencia o comportamento humano no ambiente de trabalho. **Interfaces de Saberes**, v. 14, n. 1, p. 1–16, 2015. Disponível em: <https://interfacesdesaberes.fafica-pe.edu.br/index.php/import1/article/view/533/274>. Acesso em: 24 set. 2019.

NUNES, A. V. de L.; LINS, S. L. B. **Revista Psicologia : Organizações e Trabalho**. [s.l.] Brasília, DF, 2009. v. 9

NUNES, M. de F.; FREIRE, M. do C. M. Qualidade de vida de cirurgiões-dentistas que atuam em um serviço público. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 6, p. 1019–1026, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000700009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 set. 2019.

OTTATI, F.; FREITAS, V. Avaliação da qualidade de vida e a vulnerabilidade no contexto hospitalar. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 4, n. 1, p. 15–29, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/download/14112/13244>. Acesso em: 22 set. 2019.

PEDROSO, B. *et al.* Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-bref através do Microsoft Excel. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 2, n. 1, p. 31–36, 2010. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/687/505>. Acesso em: 20 set. 2019.

PENTEADO, R. Z.; PEREIRA, I. M. T. B. Qualidade de vida e saúde vocal de professores. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 2, p. 236–243, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000200010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 set. 2019.

PEREIRA, É. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**, v. 26, n. 2, p. 241–250, 2012.

PIETROMONACO, P. R.; COLLINS, N. L. Interpersonal mechanisms linking close relationships to health. **American Psychologist**, v. 72, n. 6, p. 531–542, set. 2017. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/amp0000129>. Acesso em: 24 set. 2019.

PINTO, G. M. C.; PEDROSO, B.; PILATTI, L. A. Qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho de servidores públicos do setor administrativo de uma instituição de ensino superior do Paraná. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 6, n. 3, p. 174–183, 2014. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/2032/1541>. Acesso em: 22 set. 2019.

RIBEIRO, H. K. P.; SANTOS, J. D. M., SILVA, M. D. G.; MEDEIRO, F. D. D. A.; & FERNANDES, M. A. Transtornos de ansiedade como causa de afastamentos laborais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, 2019.

Rodrigues, C. D. S.; Freitas, R. M. D.; Assunção, A. Á.; Bassi, I. B., & Medeiros, A. M. D. Absenteísmo-doença segundo autorrelato de servidores públicos municipais em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, p. S135-S154, 2013.

SALES, G. P.; FERREIRA, T. F. Aplicação do Questionário “Whoqol-bref” para avaliação da qualidade de vida nos participantes do projeto de promoção em saúde corra pela vida de São Roque do Canaã/ES. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 5, n. 28, p. 366–374, 2011. Disponível em: <http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/353/340>. Acesso em: 22 set. 2019.

DOS SANTOS, J. F.; DE SOUZA HOLANDA, A. S., DE OLIVEIRA, G. S. S.; MENDONÇA, C. N. G., VERAS, A. C. C.; & DE SÁ LEITE, F. N. T. Relação entre qualidade de vida e capacidade para o trabalho em funcionários do poder judiciário. 2018.

SANTOS, J. P. dos; MATTOS, A. P. de. Absentismo-doença na prefeitura municipal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 121, p. 148–156, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000100016&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 24 set. 2019.

SILVA-JUNIOR, J. S.; FISCHER, F. M. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 4, p. 735–744, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2015000400735&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 24 set. 2019.

SILVA, C. B. da; RAMIRES, J. C. de L. Regionalização da saúde em Minas Gerais: algumas reflexões críticas. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 6, n. 11, p. 60–79, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/16971/9360>. Acesso em: 22 out. 2019.

SOUZA, M. A. de; STANCATO, K. Avaliação da qualidade de vida de profissionais de saúde em Campinas. **Revista de Administração em Saúde**, v. 12, n. 49, p. 154–162, 2010. Disponível em: http://www.cqh.org.br/portal/pag/anexos/baixar.php?p_ndoc=205&p_nanexo=132. Acesso em: 22 out. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHOQOL-BREEF: introduction, administration, scoring, and generic version of the assessment**. Geneva: WHO, 1996.